



PROCESSO Nº	3006
DATA	2 / 2 / 23
FOLHAS Nº	39
RUBRICA	

Processo: 3006/2023

Requerente: Ad Hoc Serviços e Empreendimentos Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 182 de 2022 - Processo Licitatório n. 20170/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa *Ad Hoc Serviços e Empreendimentos Ltda.* em 31 de janeiro de 2023 acerca do Pregão Eletrônico n. 182 de 2022 - Processo Licitatório n. 20170/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros (pacientes e acompanhantes).

Em suma, a empresa afirma a existência de ilegalidade no subitem 27.1 do edital, que prevê o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública para a apresentação de esclarecimento ou impugnação, sob a alegação de que o prazo é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, de acordo com o art. 12 do Decreto n. 3.555/2000.

Afirma, ainda, a existência de exigência desarrazoada quanto ao subitem 20.2, que exige a apresentação de Certificado de Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros junto ao DETRO/RJ, alegando que tal exigência somente deve ser cabível à empresa vencedora e com prazo elástico para apresentação, sob pena de configurar restrição à competitividade do certame.

A Comissão de Pregão II, às fls. 18, sequer analisou a admissibilidade da impugnação, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para manifestação, na forma do subitem 27.3 do edital e, após, à Procuradoria Geral para análise dos aspectos jurídicos recorridos, informando que a licitação encontra-se suspensa *sine die*.

Não há nos autos manifestação da Secretaria Municipal de Saúde.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a presente impugnação é **intempestiva**, em conformidade com o art. 24 do Decreto Municipal n. 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamentam a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, tendo em vista que a realização do Pregão Eletrônico n. 182/2022 está marcada para o dia 02/02/2023.

Isso porque os referidos dispositivos, que dispõem que o prazo será de “**até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**”.



Sobre o tema, segue lição de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

*“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta” 2. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação: O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...) Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração”.*

Tendo em vista que a realização da licitação está marcada para o dia 02/02/2023, o primeiro dia na contagem regressiva é o dia 01/02/2023, o segundo, o dia 31/01/2023, portanto, **até o dia 30/01/2023 poderia a licitante oferecer a impugnação, todavia, conforme comprovante de protocolização via e-mail acostado às fls. 03, a impugnação foi apresentada em 31/01/2023, 20:17h, portanto, fora do prazo legal.**

Apenas a título de esclarecimento, o Decreto Federal n. 3.555/2000 que prevê o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas em seu artigo 12 se aplica tão somente à modalidade pregão presencial, sendo o presente certame licitatório um pregão eletrônico, regido pelo Decreto Municipal n. 599/2020 e pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, que estabelecem o prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública para apresentação da impugnação (art. 24).

Por fim, alerta-se, mais uma vez, que cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, quando necessário. No caso em tela, por uma mera análise de admissibilidade é possível verificar que a impugnação interposta é intempestiva, tornando o encaminhamento à Secretaria de Saúde e a esta Procuradoria-Geral desnecessário, causando tumulto e atraso processual.

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão II para ciência e providências de sua competência.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da

2





Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 01 de fevereiro de 2023.

Laynne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
João Paulo Figueiredo  
PROCURADOR GERAL